

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000259/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 10/11/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013421/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46208.008784/2008-54
DATA DO PROTOCOLO: 28/10/2008

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO, CNPJ n. 01.089.689/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).

ALBERTO MAGNO BORGES, CPF n. 167.427.451-34;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE, CNPJ n. 37.275.591/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).

JOAO ROBERTO NEVES, CPF n. 300.263.421-20;

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIAR ITUMBIARA GOIAS, CNPJ n. 97.329.346/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIVAIR CANDIDO DE FARIA, CPF n. 261.840.361-49;

E

SINDICATO DAS UNINDUSTRIAS DA ALIMENT DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 01.640.572/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SANDRO ANTONIO SCODRO, CPF n. 002.790.468-71;

SINDICATO DAS IND QUIMICAS E FARMACEUTICAS NO EST GOIAS, CNPJ n. 25.067.018/0001-31, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).

EDUARDO CUNHA ZUPPANI, CPF n. 659.742.638-04;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de junho de 2008 a 31 de maio de 2009 e a data-base da categoria em 01 de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **todos os MOTORISTAS e AJUDANTES DE MOTORISTAS que trabalham nas Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás e nas Indústrias Químicas no Estado de Goiás.**, com abrangência territorial em **GO**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão, a partir de 1º de junho de 2.008, a todos os seus empregados, representados por esta entidade sindical, um reajuste salarial de 7,28%

(sete vírgula vinte e oito por cento) sobre os atuais salários, deduzindo-se as antecipações já concedidas no período, mantendo-se a proporcionalidade referente ao mês de admissão, para os empregados com menos de 01 (um) ano de empresa.

CLÁUSULA QUARTA - DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais referentes aos meses de junho e julho de 2.008, serão pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de agosto/2008.

CLÁUSULA QUINTA - PLEITEAR REAJUSTES OU AUMENTOS SALARIAIS

Fica ressalvado aos empregados abrangidos por esta Convenção, o direito de pleitear reajustes ou aumentos salariais em decorrência de qualquer alteração que venha ocorrer nos índices ou forma de reajuste salarial, durante o período de vigência da presente Convenção, em consequência de mudanças no quadro econômico-financeiro do nosso país.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constarão os salários percebidos, número de horas extras, comissões, ajuda de custo, gratificações, adiantamentos, descontos sofridos etc...

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS

O motorista não sofrerá nenhum desconto, em virtude de despesas com carga e descarga de mercadorias transportadas.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE ANTECIPAÇÕES

Os empregadores poderão compensar as antecipações espontaneamente concedidas no período, exceto aquelas relativas a promoções decorrentes da situação de função ou por merecimento.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO NAS FÉRIAS

Será facultado ao empregado receber o equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu 13º salário, na mesma data em que receber o pagamento de suas férias.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA - HORA EXTRA

As empresas pagarão aos seus empregados abrangidos por esta Convenção, que não tiverem controle de horário de trabalho, 01 (uma) hora extra por dia quando em viagem fora de seus domicílios e independente de comprovação.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Além dos salários previstos na Cláusula Segunda, haverá os seguintes adicionais para os empregados que perceberem até 05 (cinco) salários mínimos:

- a) 3% (três por cento) aos motoristas e ajudantes que completarem mais de 03 (três) anos de serviço na mesma empresa;
- b) 5% (cinco por cento) aos motoristas e ajudantes que completarem mais de 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa.

Parágrafo Único: Os benefícios desta Cláusula não serão deferidos cumulativamente.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REFEIÇÕES E PERNOITES

Correrão por conta das empresas as despesas dos motoristas e ajudantes com refeições e pernoites, enquanto estiverem em viagem fora de seus domicílios, obrigando-se as empresas a pagarem aos mesmos o valor equivalente a R\$ 6,71 (seis reais e sessenta e um centavos) para cada refeição e R\$ 13,41 (treze reais e quarenta e um centavos) para cada pernoite, para aqueles cujo caminhão não tiver cama, mediante comprovação.

Parágrafo Único: Considera-se como máximo, 02 (duas) refeições por dia.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do seu empregado, abrangido por esta Convenção, a empresa concederá um auxílio funeral equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacionais, vigentes na data do óbito, ao dependente do falecido habilitado em documento expedido pelo INSS, na forma da lei. Ficam isentas do pagamento deste auxílio as empresas que mantiverem seguro de vida para seus empregados.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados abrangidos, com mais de 01 (um) ano de casa, serão homologadas no Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Goiás, nos prazos estabelecidos no Parágrafo Sexto, do artigo 477 da CLT salvo, quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PEDIDO DE DEMISSÃO

No pedido de demissão, com indenização do AVISO PRÉVIO por parte do empregado, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais ao seu tempo de serviço.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MOTORISTA E FUNÇÃO DE AJUDANTE

O motorista não será obrigado a desempenhar também a função de ajudante. Na hipótese de necessitar dos serviços de ajudantes e carregadores, em localidades onde a empregadora não os tiverem contratados, as despesas correspondentes correrão por conta da mesma.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE POR ACIDENTE DE TRABALHO

Fica assegurada a estabilidade ao empregado afastado por motivo de acidente de trabalho, nos termos do artigo 118, da Lei 8.213 de 24/07/1991.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE POR "DOENÇA PROFISSIONAL"

Se o empregado for portador de “Doença Profissional”, definida nos termos da Lei, adquirida no emprego atual, gozará da estabilidade prevista na Cláusula Nona desta Convenção.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APOSENTADORIA

Aos motoristas e ajudantes que comprovadamente estiverem faltando até 12 (doze) meses para adquirir direito à aposentadoria e que contiver, no mínimo 05 (cinco) anos de serviço prestado a mesma empresa, fica assegurada a garantia do emprego, durante o período que faltar para sua aposentadoria, só podendo ser dispensado, nesse período, se cometer falta grave.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO

Fica assegurada a complementação de salário pelas empresas, até o piso salarial devido, aos motoristas ou ajudantes afastados por acidente de trabalho, durante o prazo de 06 (seis) meses.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORMES E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL DE TRABALHO

As empresas ficarão obrigadas a fornecer gratuitamente aos seus empregados, uniformes e todo e qualquer equipamento individual de trabalho, sempre que os mesmos forem exigidos por lei, pelo empregador e necessários ao serviço.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DANOS CAUSADOS AO VEÍCULO

O motorista não será responsabilizado por danos causados ao veículo, pelas ferramentas ou acidente que porventura venha a ocorrer, exceto naqueles casos em que houver culpa do empregado, comprovada através de conclusão pericial.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas ficam obrigadas a aceitar os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelo Sindicato Profissional para fins de abono de falta e remuneração.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados, motoristas e ajudantes, sindicalizados ou não, a importância de 1/30 (um trinta avos) do salário de agosto/2008, devendo essa importância ser recolhida nos primeiros 10 (dez) dias subseqüentes ao desconto, a favor do Sindicato da Categoria Profissional e serão aplicados nas obras sociais da Entidade.

Parágrafo Primeiro: Será garantido o direito de oposição ao desconto das contribuições, ao empregado não associado, devendo o mesmo manifestar-se individualmente e por escrito, até 10 (dez) dias após a efetivação do referido desconto. A manifestação poderá ser feita na sede do Sindicato Profissional ou perante a empresa, quando no Município não houver delegado sindical ou sub-sede, devendo a empresa repassá-la à entidade sindical respectiva no prazo de 03 (três) dias ou via fax ou carta A. R., conforme disposições previstas no Termo de Ajustamento de Conduta n° 001/97, firmado entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e as Entidades Sindicais do Estado de Goiás.

Parágrafo Segundo: Da mesma forma será também descontada em folha de pagamento daqueles empregados que forem admitidos na vigência desta Convenção e que ainda não tiverem sofrido esse desconto, a importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) da remuneração a ser paga no mês de admissão, devendo essa importância ser recolhida nos primeiros 10 (dez) dias subseqüentes ao desconto, a favor do Sindicato da Categoria Profissional.

Parágrafo Terceiro: Caso as empresas recolham a contribuição assistencial acima referida fora do prazo, as mesmas serão obrigadas a pagar, além do valor principal, os juros e a correção monetária e 10% (dez por cento) de multa moratória.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DÚVIDAS, DIVERGÊNCIAS OU CONTROVÉRSIAS

As dúvidas, controvérsias ou divergências que porventura suscitadas forem em torno

das cláusulas ora convencionadas, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ASSINATURA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

E, por assim acharem justas e convencionadas, firmam o presente instrumento de Convenção Coletiva de Trabalho em tantas vias quantas necessárias para os fins de direito.

Goiânia, 30 de Julho de 2.008.

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA
ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS**
Sandro Antônio Scodro

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
QUÍMICAS NO ESTADO DE GOIÁS**
Eduardo Cunha Zuppani - Presidente

ALBERTO MAGNO BORGES
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em
Transportes Rodoviários no Estado de Goiás

JOÃO ROBERTO NEVES
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em
Transportes Rodoviários de Rio Verde-Go

DIVAIR CÂNDIDO DE FARIA
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em
Transportes Rodoviários de Itumbiara-Go

ALBERTO MAGNO BORGES
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOV NO EST GO

JOAO ROBERTO NEVES
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE

DIVAIR CANDIDO DE FARIA
Presidente
SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIAR ITUMBIARA GOIAS

SANDRO ANTONIO SCODRO
Presidente
SINDICATO DAS UNDUSTRIAS DA ALIMENT DO ESTADO DE GOIAS

EDUARDO CUNHA ZUPPANI
Presidente
SINDICATO DAS IND QUIMICAS E FARMACEUTICAS NO EST GOIAS

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .